

PROJETO PREVÊ DOIS REAJUSTES AOS SERVIDORES EM 9 ANOS

Esse é um dos pontos da proposta de adesão do governo de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Oposição promete resistência

ALESSANDRA MELLO

Caso seja aprovado o Projeto de Lei de adesão do governo de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), os servidores públicos estaduais terão direito a duas revisões salariais durante a vigência das condições exigidas para a renegociação da dívida do estado com a União. A informação foi divulgada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo), por meio de sua assessoria, mas o comunicado oficial não cita o período de vigência. No entanto, a Lei Complementar Nº 159/2017 que instituiu o RRF dos estados estabelece o prazo de até nove anos.

O Projeto de Lei enviado pelo governador em 2019 e desarquivado semana passada pelo Legislativo fala em um período de até seis anos. Esse prazo era o mesmo estabelecido inicialmente pela legislação que instituiu o regime de recuperação, mas ele foi estendido pelo Congresso Nacional em 2021.

O congelamento dos salários do funcionalismo durante a vigência do RRF e a privatização de empresas estatais são os principais entraves para a aprovação da proposta pela ALMG, que arquivou o PL do governador no final da legislatura passada, sem ser votado em plenário, devido à falta de consenso entre os parlamentares, incluindo os da base de Zema na Assembleia.

"Vale destacar, também, que as duas revisões de remuneração não limitam o Estado na concessão de outros aumentos. Isto significa que, uma vez alcançadas as condições econômico-financeiras e a disponibilidade de recursos no caixa do Tesouro Estadual, outras recomposições poderão ocorrer. Para tanto, bastará que a nova previsão esteja contemplada nas atualizações periódicas do RRF", diz o governo em comunicado à imprensa.

De acordo com o governador, a adesão ao RRF vai tornar a dívida do Estado "administrável". Zema afirmou ainda que o estado conseguiu regularizar o pagamento do salário do funcionalismo e concedeu, ano passado, uma correção geral de 10,6% para todos os servidores. "Queremos seguir nesse caminho de estabilidade e, para isso, é essencial a adesão ao RRF, uma vez que irá



OS DEPUTADOS ESTADUAIS TÊM ATÉ O DIA 20 DE DEZEMBRO PARA APROVAR A ADESÃO DO ESTADO AO REGIME

SARAH TORRES/ALMG



"Nunca escondemos que esse é o único caminho que temos para a solução de um problema que não é deste governo, mas histórico do estado"

●●●●
GUSTAVO VALADARES
Secretário de Governo

EDESIO FERREIRA/EM/DA PRESS



"Zema fez campanha dizendo que colocou Minas nos trilhos e agora admite que faliu o estado, mas não sem antes aumentar seu salário em 300%"

●●●●
ULYSSES GOMES (PT)
Deputado estadual

tornar a dívida do estado administrável e permitir que Minas tenha cada vez mais recursos para investir na melhoria dos serviços prestados aos mineiros", afirmou Zema. Atualmente, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), a dívida pública estadual é de R\$ 165,61 bilhões. Desse total, R\$ 156,26 bilhões (94%) referem-se a valores devidos à União ou dívidas com instituições financeiras que têm o governo federal como garantidor, valor que vai ser renegociado com a adesão de Minas ao RRF.

PRAZO

Os deputados têm até o dia 20 de dezembro para aprovar a adesão do estado ao regime. De acordo com o secretário de estado de Governo, Gustavo Valadares, que esteve ontem na Assembleia, esse é o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal para que o estado aprove no Legislativo a proposta.

Valadares disse que o estado precisa da autorização dos deputados para poder quitar esse débito em melhores condições. "Nunca escondemos que esse é o único caminho que temos para a solução de um problema que não é deste governo, mas histórico do estado", disse o secretário, se referindo à necessidade de aprovação pela ALMG do RRF. Hoje à noite o governador vai reunir sua base para um jantar no Palácio da Liberdade. O encontro faz parte do esforço para apurar arestas com sua base e tentar aprovar o regime de recuperação fiscal.

O líder da oposição, deputado estadual Ulysses Gomes (PT), disse que o PL encontrará resistência dentro do parlamento. "No que depender da oposição, o debate será feito e qualquer proposta que possa punir os servidores, entregar o patrimônio do povo e precarizar, ainda mais, os serviços públicos, enfrentará resistência", afirmou. Segundo ele, o governador quer discutir em dois meses um plano de recuperação fiscal danoso que vai "impactar a vida da população mineira por, no mínimo, uma década".

Para o líder da oposição, "Zema cometeu estelionato eleitoral". "Ele fez campanha dizendo que colocou Minas nos trilhos e agora admite que faliu o estado, mas não sem antes aumentar seu salário em 300%, dar isenção bilionária para amigo bilionário, aumentar impostos para a população. Essa foi a prioridade dele nos 10 primeiros meses deste ano", afirmou o deputado. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3